



BRASIL, NEOLIBERALISMO HÍBRIDO

Daniel Pereira Andrade¹

Mariana Magalhães Pinto Côrtes²

Resumo: O artigo oferece uma perspectiva analítica para pensar o neoliberalismo brasileiro por meio da concepção foucaultiana de governamentalidades híbridas. O neoliberalismo é caracterizado pela construção política da sociedade conforme o modelo do mercado. As técnicas neoliberais foram adotadas de maneira seletiva em diferentes contextos, compondo-se com e reorganizando as constelações políticas e sociais existentes. O reconhecimento da heterogeneidade de racionalidades políticas que se compõem de maneira dinâmica e variada na construção do Estado e das instituições ou nas formas de governo constituídas “de baixo para cima” pelos governados permite explicar as variações das formas da existência em torno da norma de vida neoliberal, constituindo processos de neoliberalização singulares.

Palavras-chave: neoliberalismo híbrido; governamentalidades híbridas; processo de neoliberalização brasileiro; norma de vida; forma social da existência.

BRAZIL, HYBRID NEOLIBERALISM

Abstract: *The paper offers an analytical approach to think about Brazilian neoliberalism through the Foucauldian conception of hybrid governmentalities. Neoliberalism is characterized by the political construction of society according to the*

1 Fundação Getúlio Vargas (FGV EAESP) - São Paulo - Brasil - dpaaa@hotmail.com - <https://orcid.org/0000-0002-5668-0813>

2 Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia - Brasil - marianampcortes@gmail.com - <https://orcid.org/0000-0002-0679-5524>

market model. Neoliberal techniques have been adopted selectively in different contexts, compounding with and reorganizing existing political and social constellations. Recognizing the heterogeneity of political rationalities that are dynamically and variously composed in the construction of the state and institutions or in the forms of government constituted “from the bottom up” by the governed allows us to explain the variations of the forms of existence around the neoliberal norm of life, constituting singular processes of neoliberalization.

Keywords: *hybrid neoliberalism; hybrid governmentalities; Brazilian neoliberalization process; norm of life; social form of existence.*

BRASIL, NEOLIBERALISMO HÍBRIDO

Resumen: El artículo ofrece una perspectiva analítica para pensar el neoliberalismo brasileño a través de la concepción foucaultiana de las gubernamentalidades híbridas. El neoliberalismo se caracteriza por la construcción política de la sociedad según el modelo de mercado. Las técnicas neoliberales se han adoptado de forma selectiva en diferentes contextos, combinándose con las constelaciones políticas y sociales existentes y reorganizándolas. El reconocimiento de la heterogeneidad de las racionalidades políticas que se componen dinámicamente y diversamente en la construcción del Estado y de las instituciones o en las formas de gobierno constituidas “de abajo hacia arriba” por los gobernados permite explicar las variaciones de las formas de existencia en torno a la norma de vida neoliberal, constituyendo procesos singulares de neoliberalización.

Palabras-clave: neoliberalismo híbrido; gubernamentalidad híbrida; proceso de neoliberalización brasileño; norma de vida; forma social de la existencia.

1. Introdução

A publicação póstuma do já consagrado curso de Michel Foucault no Collège de France, intitulado *Nascimento da Biopolítica* (2004), produziu uma importante inflexão nas pesquisas acadêmicas sobre o neoliberalismo. Nessa chave analítica, o neoliberalismo passou a ser concebido como uma racionalidade política que define uma estratégia específica de governo das condutas e que induz o autogoverno dos indivíduos para que eles se adequem a determinadas normas. O foco dessas pesquisas se deslocou, assim, da economia política e das correntes de pensamento para a “história das artes de governo” que definem uma “norma

de vida” e dão “forma à nossa existência” (Foucault, 2004; Dardot e Laval, 2009)³. As políticas econômicas e o *corpus* doutrinário são mobilizados apenas como parte das formas de poder e saber que reformam instituições e quadros jurídicos e moldam as relações com os outros e consigo mesmo. Ao analisar como o neoliberalismo define a forma historicamente singular do capitalismo contemporâneo, a abordagem foucaultiana se aproxima e dialoga com a Escola da Regulação francesa e sua descrição dos modos de regulação social e política que moldam as diferentes fases do capitalismo (Dardot e Laval, 2009; 2014).

A racionalidade política neoliberal pode ser caracterizada pela construção política e normativa da sociedade conforme o modelo do mercado. Sua lógica de governo se desenvolve em duas estratégias complementares. Primeiro, ela implica a construção legal e institucional de mercados blindados das demandas democráticas por justiça social e igualdade redistributiva, o que ocorre tanto em nível global, por meio da regulação pró-capital feita por organismos e pelo direito internacional, quanto em nível local, com os Estados referendando politicamente o encapsulamento ao integrar os mercados nacionais aos globais, ajudando, assim, a criar a concorrência externa à qual os próprios Estados são submetidos. Segundo, a racionalidade neoliberal implica a introdução da lógica do mercado em esferas da vida fora do próprio mercado, com a consequente generalização das relações de concorrência, do modelo de gestão da empresa privada e da grade de análise econômica para o governo dos mais variados fenômenos sociais. Essa racionalidade política, portanto, atua em diferentes escalas, moldando o espaço do capitalismo mundial como uma globalização financeira e comercial, o Estado como um governo empresarial em concorrência por fluxos de investimentos internacionais, a sociedade como sociedade de mercado (com a população sendo governada como recurso para o mercado e pelo modelo de mercado) e a subjetividade segundo a figura do empreendedor de si mesmo (Andrade, 2015; 2019a; 2019b; Andrade, Côrtes e Almeida, 2021; Brown, 2015; Dardot e Laval, 2009; Davies, 2014; Foucault, 2004; Slobodian, 2018; Waqquant, 2012).

Nessa leitura do neoliberalismo como regime geral de governamentalidade ou como modo de regulação que define uma norma de vida, é possível observar variações locais na forma social da existência. Ainda que as técnicas de poder e

3 Importantes trabalhos recentes seguiram por outras linhas, buscando realizar a história do neoliberalismo no Brasil a partir da Economia Política e da história das políticas econômicas (Saad Filho e Moraes, 2018; Saad Filho, Colombi e Grigera, 2021), da influência das escolas neoliberais na formulação das reformas e políticas governamentais (Klein, 2020; Ramírez, 2012 e 2020), da história do pensamento neoliberal brasileiro (Lynch, 2021) e da circulação de ideias neoliberais e ultraliberais no Brasil (Rocha, 2021).

as formas de saber do neoliberalismo sejam impostas por organismos internacionais, Estados e corporações, elas são adotadas de maneira seletiva em diferentes contextos, compondo-se com e reorganizando as constelações políticas e sociais já existentes, mas sem as substituir inteiramente. Por essa razão, geógrafos e antropólogos insistem na necessidade de se atentar para a diversidade de processos históricos e geográficos de neoliberalização (Brenner; Peck e Theodore, 2010; Collier, 2012; Goldstein, 2012; Hilgers, 2012; Ong, 2006; Peck; Theodore e Brenner, 2012a; 2012b).

A análise dos processos de neoliberalização singulares, como o caso brasileiro, obtém ganhos teóricos importantes por meio da concepção de hibridismo governamental. O reconhecimento da heterogeneidade de racionalidades políticas que se compõem de maneira dinâmica e variada na construção do Estado e de outras instituições ou nas formas de governo constituídas “de baixo para cima”, por meio da agência dos governados, permite, de saída, evitar alguns problemas bastante frequentes no uso do conceito de neoliberalismo.

Em primeiro lugar, previne contra o vício bastante comum de ver o neoliberalismo em tudo, confundindo-o com a realidade existente em sua totalidade (Clarke, 2008; Gibson-Graham, 2008). Desfaz-se, assim, uma narrativa do inevitável, que vê no neoliberalismo a fonte de forças estruturais onipresentes e invencíveis, permitindo ainda a análise cuidadosa das relações de poder e de dominação específicas (Peck, 2010). Mesmo que a racionalidade política neoliberal seja transversal e extensível *a priori* a todas as esferas da vida (Dardot e Laval, 2009), é preciso reconhecer que ela não se faz presente em toda parte de maneira homogênea nem substituiu ou desfez inteiramente outras lógicas de governo e autogoverno.

Em segundo lugar, evita-se a projeção de processos típicos de países desenvolvidos na realidade brasileira e de outros países em desenvolvimento (Hilgers, 2012; Goldstein, 2012). Se há dinâmicas globais que induzem formas de regulação voltadas para ou baseadas na lógica do mercado, essas forças não atingem os diferentes países e regiões como “tsunamis econômicos” que se derramam sobre recipientes vazios (Ong, 2006; 2007). Os vetores regulatórios que se disseminam pelos mercados globais e organismos internacionais se deparam com formações estatais e sociais constituídas por outras racionalidades históricas, compondo-se com elas e dando origem a todo tipo de invenção político-institucional, definindo processos singulares.

Terceiro, permite sair de classificações binárias sobre se um governo é ou não neoliberal. Esse problema é especialmente comum em regimes presidencialistas, como o brasileiro, que privilegiam análises por períodos definidos por

governantes eleitos. É assim que, no Brasil, os governos de Fernando Collor, Fernando Henrique Cardoso, Michel Temer e Jair Bolsonaro foram considerados neoliberais, enquanto os governos petistas se autodesignaram “pós-neoliberais” (Sader, 2013). A análise com base na pluralidade de racionalidades políticas permite uma leitura transversal aos diferentes governos e uma perspectiva mais rica do que a classificação binária, percebendo como cada governo alterou ou manteve as hibridizações existentes, mas sem efetivamente acabar até o momento com a lógica neoliberal. Não se trata, evidentemente, de dizer que todos são igualmente neoliberais, mas de nuançar avanços, recuos e deslocamentos das combinações ao longo do tempo.

Quarto, explorar essas formações híbridas pode ter um potencial político interessante. Avaliar tensões, bloqueios recíprocos, incompatibilidades e contradições entre diferentes racionalidades políticas permite a definição de estratégias a serem desenvolvidas por dentro das instituições e do Estado e também de baixo para cima, a partir da ação popular. De um lado, trata-se de propor uma disputa das instituições existentes, criando um mapa das batalhas que lhes atravessam, e valendo-se das brechas existentes para abrir espaço para a emergência de novas racionalidades que promovam mudanças internas, ao invés de apostar todas as fichas em uma transformação revolucionária e global vinda de movimentos externos que precisariam fundar novas instituições. Parte-se, assim, do reconhecimento de que abandonar a disputa das instituições, dadas as suas relações de poder já constituídas, pode ser politicamente infrutífero e levar mais a uma paralisação do que a uma mudança radical. De outro lado, o reconhecimento de racionalidades políticas híbridas permite pensar estratégias de baixo para cima, já que o neoliberalismo não se efetiva apenas em macropolíticas estatais e em “formas burocráticas de memória muscular” (Peck; Theodore e Brenner, 2012b), mas igualmente em subjetividades e modos de vida populares. As subjetividades incorporam a racionalidade do empreendedor de si mesmo, mas não coincidem inteiramente com ela, já que também se combinam de maneiras múltiplas com outros saberes e práticas populares, como crenças religiosas, estratégias de economia informal, formas de solidariedade e autogoverno etc. (Comaroff e Comaroff, 2000; Gago, 2018). Constitui-se, assim, uma subjetivação com múltiplas determinações, com variações e ambivalências, definindo-se não como um processo homogêneo de assujeitamento, mas também como possibilidade de revolta e de insubordinação (Gago, 2018). Desse modo, nem se abandona inteiramente a disputa das instituições nem se recai na ilusão estatista de que basta a adoção de macropolíticas alternativas para um governo progressista superar o neoliberalismo. Ao invés de uma escolha binária

entre uma estratégia de reformismo estatal/institucional e outra popular-revolucionária, talvez seja possível a combinação das duas, hibridizando-se também as formas de resistência e de transformação.

A análise do hibridismo governamental traz, assim, a vantagem de reconhecer a especificidade do neoliberalismo (inclusive de suas diferentes vertentes), a heterogeneidade de outras racionalidades políticas e a singularidade dos processos históricos de arranjo entre elas. Obtém-se, desse modo, um ganho de precisão de análise, ao invés de se proceder a um movimento de abstração crescente do conceito de neoliberalismo, de modo a torná-lo abrangente das variadas relações de poder existentes, correndo o risco de cair em um vazio semântico expresso muitas vezes pela ausência de definições (Boas e Gans-Morse, 2009; Venugopal, 2015).

A admissão da existência de múltiplas racionalidades políticas não causa prejuízo para o reconhecimento do neoliberalismo como aquela historicamente predominante no presente, devido à sua enorme plasticidade que a torna capaz de se hibridizar e de colonizar outras estratégias e táticas. Além disso, há o fato absolutamente relevante de a forma de regulação neoliberal ser centralmente constitutiva do atual regime de acumulação do capitalismo financeiro globalizado, o qual, por sua vez, opera como uma força gravitacional reforçando seu regime de governamentalidade em detrimento de outros. Como as estratégias de poder não são determinadas automaticamente e em um único sentido pelas relações capitalistas, havendo antes uma considerável margem de autonomia para a criação de técnicas de governo variadas, há, sim, a possibilidade de coexistência de racionalidades políticas heterogêneas em um mesmo regime de acumulação, conferindo uma forma social dinâmica a ele. Não apenas diferentes estratégias podem emergir simultaneamente como ainda podem ser remanescentes de outros momentos, mostrando-se capazes de persistir no tempo mesmo que tenham se constituído como respostas a problemas históricos específicos. A cada período, essa multiplicidade é rearticulada conforme a lógica predominante, mas sem que cada racionalidade política perca inteiramente a própria normatividade ou que se crie uma coerência plena sem fissuras e sem resistências.

De todo modo, essa predominância do neoliberalismo não deve ser pressuposta em todas as situações específicas, mas, sim, constatada historicamente. Por isso, é fundamental analisar o neoliberalismo em seu processo de desenvolvimento em nível global e também nos seus desdobramentos tentaculares em híbridos locais. Do mesmo modo, é sempre preciso observar cada situação em sua singularidade histórica e geográfica, de modo a se compreender se, e de

que forma, o neoliberalismo se faz presente. Afirmar que tudo é neoliberalismo, como já dito, impede de perceber justamente a existência de outras lógicas normativas que podem reforçá-lo ou, inversamente, preservar espaços de respiro, suscitar resistências ou criar caminhos intermediários de saída e transformação.

Além disso, a noção de hibridismo está presente no pensamento social brasileiro em diversas de suas vertentes, permitindo um diálogo com essa tradição. Menciono apenas três exemplos. Celso Furtado (2009), em *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, apresenta o subdesenvolvimento não como etapa histórica evolucionista do desenvolvimento, mas como uma formação histórica singular caracterizada pela expansão da economia industrial europeia em direção a sistemas econômicos pré-capitalistas, em geral regiões de antiga colonização. O hibridismo aparece, assim, na formação estrutural de uma economia dualista, com uma atividade capitalista moderna voltada para a exportação (e, nos casos mais complexos, com um núcleo industrial voltado para o mercado interno) convivendo lado a lado com uma economia de subsistência arcaica.

Francisco de Oliveira (2003), em *Crítica à razão dualista* e em *Ornitórrinco*, oferece outra visão clássica do hibridismo nacional. Rompendo com a “tentação dualista” furtadiana e cepalina, segundo a qual o setor atrasado constituiria obstáculo ao desenvolvimento, ele chama a atenção para a “simbiose e organicidade”, para a “unidade de contrários”, pela qual o chamado “moderno” cresce e se alimenta da existência do “atrasado” (Oliveira, 2003: 32). A atualização dessa tese sobre “o caráter ‘produtivo’ do atraso” desemboca na questão do “ornitórrinco”, metáfora de hibridismo animal que desorganiza as classificações evolucionistas existentes, de modo a ilustrar como em nossas paragens as características “evolutivas” de ponta do capitalismo mundial se combinam com uma incomensurável desigualdade e com uma dependência externa que, embora impeçam o país de permanecer no subdesenvolvimento, truncam a sua acumulação. Por fim, mesmo a leitura conservadora realizada por Gilberto Freyre (2006), em *Casa Grande & Senzala*, inspiradora da amplamente criticada ideia de “democracia racial”, aponta para o hibridismo nacional por meio da ideia de “antagonismos em equilíbrio” na formação étnica, social e cultural brasileira. Segundo essa visão, características raciais e culturais dos povos que formaram o país, apesar de opostas em muitos aspectos, seriam capazes de se compor plasticamente, equilibrando-se ou sucedendo-se no tempo, mas sem se desfazer em uma nova síntese.

A abordagem do hibridismo aqui proposta, embora possa dialogar com as visões anteriores, dá-se em outra perspectiva teórica. Não se trata de enfatizar

aspectos socioculturais nem a estrutura econômico-social, mas de analisar as racionalidades político-normativas historicamente constituídas, suas estratégias de poder, sua produção institucional e jurídica, seus modos de regulação e normas de vida, especialmente no que se refere aos organismos internacionais, ao Estado, às políticas públicas, às formas de gestão empresarial e às formas de autogoverno constituídas pela agência dos governados. Ao invés de retomar a oposição entre atraso e modernidade capitalista, busca-se compreender como racionalidades políticas surgidas em diferentes momentos do tempo puderam subsistir e ser rearticuladas por novas governamentalidades predominantes, sem perder suas técnicas e normatividades específicas, mas criando pontes e junções, de modo a viabilizar a operação conjunta. Ou, inversamente, como algumas dessas racionalidades (ou parte delas) puderam ser mobilizadas em oposição a outras, criando tensões, espaços de resistência e possibilidades de transformação.

A seguir, o artigo explica a concepção teórica de neoliberalismo híbrido, de modo a expor inclusive quais as especificidades do neoliberalismo enquanto forma de governamentalidade.

2. Hibridismo governamental e neoliberalismo

A concepção de neoliberalismo híbrido encontra fundamento, em primeiro lugar, nos trabalhos do próprio Michel Foucault, mas, também, e não por acaso, na produção de antropólogos e cientistas sociais, como Aihwa Ong, Verónica Gago, Jean e John Comaroff, e de geógrafos críticos, como Jamie Peck, Nick Theodore e Neil Brenner.

Foucault (2004) propõe metodologicamente deixar de pensar o Estado como uma constante universal da qual a sociologia e a filosofia partem para explicar a prática de governo. O Estado não possui uma essência escondida ou um interior secreto a serem revelados e que permitiriam a explicação dedutiva da história. Não se deve, portanto, partir da análise da natureza, da estrutura e das funções do Estado como se este fosse uma fonte autônoma de poder. Como a história não é uma disciplina dedutiva, Foucault sugere o caminho inverso, ou seja, partir das práticas governamentais, tais quais são apresentadas, refletidas e racionalizadas para então entender como se constituem o Estado e a sociedade. Assim, longe de ser uma espécie de dado histórico-natural, o Estado seria o correlato de certa maneira de governar, a questão estando em saber como ela se desenvolve, qual a sua história, como ela avança ou recua, como se estende a determinados domínios e como ela inventa e forma novas práticas.

Foucault (1995) retoma o significado que o termo *governo* possuía no século XVIII, quando ele não se referia

apenas às estruturas políticas e à gestão dos Estados; mas designava a maneira de dirigir a conduta dos indivíduos ou dos grupos [...]. [Ele recobria] modos de ação mais ou menos refletidos e calculados, porém todos destinados a agir sobre as possibilidades de ação dos outros indivíduos. Governar, neste sentido, [era] estruturar o eventual campo de ação dos outros. (Foucault, 1995: 244)

São as táticas de governo que permitem definir a cada instante o que deve ou não competir ao Estado, traçando seus limites.

Nesse sentido, segundo Foucault (2004: 79),

o Estado nada mais é que o efeito, o perfil, o recorte móvel de uma perpétua estatização, ou de perpétuas estatizações, de transações incessantes que modificam, que deslocam, que subvertem, que fazem deslizar insidiosamente, pouco importa, as fontes de financiamento, as modalidades de investimento, os centros de decisão, as formas e os tipos de controle, as relações entre as autoridades locais, a autoridade central, etc.

Nessa perspectiva teórica, o Estado perde “essa unidade, essa individualidade, essa rigorosa funcionalidade”, tornando-se, “no final das contas, [...] apenas uma realidade compósita e uma abstração mística”. O Estado é “o efeito móvel de governamentalidades múltiplas” (Foucault, 2004: 106). Cada racionalidade política, ao definir “o domínio da prática de governo, seus diferentes objetos, suas regras gerais, seus objetivos de conjunto”, acaba simultaneamente por construir o Estado e definir sua relação com os governados. A ideia de uma “realidade compósita” remete a diferentes níveis de governo que podem se constituir em relações fora do Estado e que posteriormente podem ser estatizados ou servir de apoio a estratégias estatais (professores sobre alunos, médicos sobre população, pastores sobre fiéis, pais sobre filhos etc.). A concepção de “realidade compósita” igualmente diz respeito à heterogeneidade das racionalidades políticas, com lógicas gerais de funcionamento e origens históricas diferentes, que podem se integrar, ignorar-se ou se confrontar no interior de um mesmo Estado e de uma mesma política pública.

A análise foucaultiana, baseada no que ele chama de uma “lógica da estratégia”, reconhece a heterogeneidade dos procedimentos e dos princípios de coerência das maneiras práticas de governar, mas essa heterogeneidade, ainda que

mantida até o fim, não impede a coexistência e a conexão entre as diferentes racionalidades. Não se trata de uma homogeneização de termos contraditórios e de sua resolução em uma nova unidade, como na lógica dialética, mas da constituição de conexões, de “toda uma série de pontes, passarelas, de junções” (Foucault, 2004: 45). Interessante notar aqui uma aproximação teórica com a visão de Gilberto Freyre (2006), que também mantém os termos do hibridismo irreduzíveis, sem síntese, embora para Foucault não se trate necessariamente de opostos.

Foucault ressalta em relação a todo e qualquer dispositivo (e não apenas aos “dispositivos gerais de governamentalidade”) que estes agenciamentos são “matrizes de transformações” (1988: 94). Eles suscitam resistências distribuídas irregularmente, de maneira móvel e transitória, e essas resistências podem (ou não) se disseminar e se organizar estrategicamente no corpo social, saindo da mera reatividade e constituindo lógicas de autogoverno de baixo para cima. A efetivação do poder e das resistências obrigam os dispositivos a um permanente “processo de sobredeterminação funcional”, já que “cada efeito, positivo ou negativo, desejado ou não, estabelece uma relação de ressonância ou de contradição com os outros, e exige uma rearticulação, um reajustamento dos elementos heterogêneos que surgem dispersamente” (Foucault, 1999: 245).

Foucault analisou o neoliberalismo com base em duas artes de governo históricas: o Ordoliberalismo alemão do pós-guerra e o neoliberalismo americano surgido desde os anos de 1930. Em ambos os casos, o neoliberalismo não se constituiu como um princípio de limitação do Estado, como no caso dos liberais clássicos, mas como o princípio fundador mesmo do Estado e de sua legitimidade (Foucault, 2004: 223). Thomas Lemke (2001: 197 e 200) resume a posição de Foucault do seguinte modo: “enquanto os Ordoliberais na Alemanha Ocidental perseguiram a ideia de governar a sociedade em nome da economia, os neoliberais americanos procuravam redefinir a esfera social como uma forma de domínio econômico”.

No caso dos Ordoliberais, o papel do governo é o de organizar a sociedade de modo a construir os frágeis mecanismos concorrenciais do mercado, buscando evitar a concentração econômica, favorecer as empresas médias, multiplicar o acesso à propriedade, erigir coberturas sociais do risco e regulamentar o meio ambiente. O Estado deve construir o arcabouço legal e institucional do mercado concorrencial, de modo a generalizar a forma empresa no interior do tecido social, com cada indivíduo devendo se tornar um empreendedor ou ao menos participar ativamente das decisões administrativas, sendo assim “desalienado”

em relação ao seu trabalho e à sua vida, organizando um novo quadro moral de integração social (Foucault, 2004: 247).

No segundo caso, ao estender a grade de inteligibilidade econômica para todas as dimensões sociais, generalizando a noção de capital humano como princípio decifrador dos comportamentos e relações, o neoliberalismo americano torna o indivíduo governável por meio de seu cálculo interno de investimento e pela definição das regras ambientais do jogo. Ao mesmo tempo, o próprio Estado passa a se regular segundo o modelo mercadológico da empresa privada, submetendo-se a um tribunal econômico permanente que julga as ações públicas segundo critérios de rentabilidade (Foucault, 2004: 248-253, 258).

Seguidores da linha foucaultiana, como Pierre Dardot e Christian Laval (2009) e Wendy Brown (2003, 2015), acabaram muitas vezes ignorando a diferença entre as vertentes históricas para reunir as características do neoliberalismo em um conjunto unificado de normas. Para Dardot e Laval (2009: 457-458), são quatro as características centrais da razão neoliberal. Primeira, o neoliberalismo não considera o mercado como um dado natural, mas como uma realidade construída que requer a intervenção ativa do Estado e a introdução de um sistema de direito específico. O neoliberalismo reconhece-se, assim, aberta e deliberadamente, como um projeto construtivista.

Segunda, a essência da ordem do mercado não é vista como residindo nas trocas, mas na concorrência definida como relação de desigualdade entre diferentes unidades de produção (empresas). A construção do mercado, portanto, é a construção legal e institucional da concorrência como norma geral e a difusão do modelo de gestão da empresa privada para todas as instituições e inclusive para o governo de si dos indivíduos. A sociedade, as suas instituições e as subjetividades são organizadas, assim, segundo o modelo normativo do mercado.

Terceira, o próprio Estado é submetido em sua ação à norma da concorrência do mercado global, sendo enquadrado pelas regras de direito privado que ele mesmo coloca em curso e é responsável por zelar. O Estado pensa a si próprio como uma empresa, tanto em seu funcionamento interno quanto na relação com outros Estados concorrentes. Assim, o Estado, que é responsável por construir mercados e a ordem social de mercado, ao mesmo tempo se constrói segundo as normas do mercado. Não se trata, portanto, de Estado mínimo, como afirma o discurso propagandístico, mas de um Estado empreendedor, que pode se expandir e mesmo se tornar mais dispendioso. Esse Estado muitas vezes foi erigido por governos de esquerda que, acreditando contrariar o neoliberalismo ao “modernizar” a burocracia, acabavam por realizar as reformas que consolidavam sua racionalidade (Laval *in* Andrade e Ota, 2015; Mudge, 2008).

Quarta, a generalização da norma neoliberal atinge também os indivíduos na relação que eles estabelecem consigo mesmos. O Estado, as empresas e as instituições, ao difundirem situações de concorrência por toda parte, levam indiretamente os indivíduos a se conduzirem como empreendedores de si mesmos. A empresa é assim promovida a modelo de subjetivação, sendo cada indivíduo um capital a ser gerido e valorizado conforme as demandas do mercado. A subjetivação neoliberal abre espaço para que o próprio indivíduo venha a se adequar à sua norma, estendendo o cálculo de investimento como critério das escolhas realizadas nas mais diferentes esferas da vida. O neoliberalismo coloniza, assim, o autogoverno e conforma-o a uma liberdade de mercado previamente fabricada, constituindo-se também “de baixo para cima” pela ação dos governados. É assim, pois, que o neoliberalismo se constitui como a nova razão do mundo, na medida em que esta racionalidade é global em um duplo sentido: ela se estende por todo o planeta e ela se estende para todas as esferas da vida, integrando todas as dimensões da existência.

Em contextos de países emergentes, como no Brasil e na América Latina, no entanto, as técnicas neoliberais podem não ser aplicadas a todos os grupos e domínios de uma nação. Por essa razão, a antropóloga Aihwa Ong (2006, 2007), trabalhando na chave foucaultiana das governamentalidades híbridas, propõe uma teoria de médio alcance, de modo a observar empiricamente, por meio de etnografias, como as técnicas neoliberais que viajam pelos vetores do mercado global são operacionalizadas seletivamente e se articulam de maneira móvel com elementos e circunstâncias locais. As políticas neoliberais se caracterizam pela “recalibragem da capacidade dos grupos em relação ao dinamismo dos mercados globais” (2007: 4). Como nem toda a população, nem todas as áreas são submetidas às forças do livre mercado e do autogoverno empresarial, as estratégias neoliberais precisam fazer escolhas calculadas de intervenção e de risco.

Partindo dos países liberais avançados, a racionalidade neoliberal viajou para ambientes políticos tão variados quanto estados militares, oligarquias pós-socialistas, formações autoritárias e realidades pós-coloniais, mas sem substituir suas práticas e racionalidades. Nesse sentido, o neoliberalismo, implantando-se como uma exceção em meio a uma constelação política previamente existente e induzindo transformações nela, promove a distribuição desigual da cidadania e da ação estatal. A heterogeneidade das lógicas políticas aplicadas sobre recortes populacionais e espaciais dialogam em larga medida com a formação econômica de estrutura dualista do subdesenvolvimento citada por Celso Furtado e também com a complementariedade entre o setor arcaico e o moderno, como mencionado por Francisco de Oliveira, embora não faça

sentido essa classificação temporal binária na análise foucaultiana das governamentalidades.

Segundo Ong (2006), a lógica do mercado na política desorganiza conceitualmente a noção de cidadania como *status* legal enraizado no Estado-nação e se opõe à condição de apátrida, podendo definir espaços infra ou transnacionais de cidadania. Elementos de cidadania são desarticulados e rearticulados por forças do mercado. Vistos e benefícios são cada vez mais associados com critérios neoliberais: quem tem capital humano e atua nos setores de ponta do capitalismo global é altamente valorizado e pode exercer a cidadania em diversos lugares, já os que não têm competências ou potenciais comercializáveis são desvalorizados e estão vulneráveis a práticas de exclusão. A territorialidade da cidadania, que até então era o espaço nacional, torna-se parcialmente enraizado no capitalismo global e em espaços mapeados por intervenções de ONGs.

A soberania também não é distribuída igualmente em um território nacional e não se impõe como um estado burocrático homogêneo. Para Ong (2006: 7), a

soberania manifesta-se em estratégias múltiplas, frequentemente contraditórias, que se deparam com diversas reivindicações e contestações, e produz resultados diversos e contingentes. No curso das interações com o mercado global e instituições regulatórias, o governo soberano invoca a exceção para criar novas técnicas de governo das populações, espaços e possibilidades econômicas.

Não se governa as cidades globais ou as zonas tecnológicas, em que se produzem condições políticas, econômicas e sociais especiais para atrair investimento estrangeiro, transferência tecnológica e *expertise* internacional, do mesmo modo que se governa os bairros de trabalhadores pobres ou as chamadas “áreas de economia arcaica”. Há, ainda, todo tipo de sobreposição de soberania do Estado com ONGs e corporações transnacionais que exercem poder indireto sobre populações em diferentes escalas políticas.

Recortes populacionais e espaciais, portanto, permitem ao Estado gerir-los de maneira diferencial, conforme a incidência seletiva das técnicas neoliberais e de suas combinações com outras racionalidades políticas. É isso que produz, na prática, a diferenciação de regimes de trabalho ou a distribuição desigual do acesso a direitos, a políticas públicas ou a garantias na ação policial e judiciária, apesar de haver uma legislação em tese comum a todos. Exceções ao neoliberalismo também são invocadas para excluir populações e lugares dos cálculos neoliberais, tanto para proteger redes de seguridade social e de bem-estar quanto

para eliminar toda forma de proteção política e acesso aos benefícios do desenvolvimento capitalista.

A hibridização de racionalidades políticas não se restringe apenas ao Estado e às instituições, podendo ser observada igualmente no neoliberalismo “de baixo para cima”, constituído pela ação dos governados. Verónica Gago (2018) mostra como que o governo neoliberal realizado “de cima para baixo” se torna imanente na medida em que desenvolve proximidades com territórios, modula subjetividades, forma modos de fazer, sentir e pensar, e constitui táticas da vida cotidiana. Com isso, o neoliberalismo define modos de vida que reorganizam as noções de liberdade, cálculo e obediência, ganhando impulso ao incentivar a livre-iniciativa, o empreendedorismo de si, a autogestão e a responsabilidade individual. Mas, nessa tentativa neoliberal de capturar e criar formas de vida, a subjetividade não se reduz inteiramente à figura normativa do *homo oeconomicus*.

Segundo Gago (2018: 20-21), “a dinâmica neoliberal se conjuga e combina de maneira problemática e afetiva com um vitalismo perseverante, que se agarra sempre à ampliação de liberdades, gozos e afetos [...], extrapolando a ideia fria e restrita do cálculo liberal”. O neoliberalismo se articula com experiências e memórias corporais, “com formas comunitárias, com táticas populares de resolução da vida, com empreendimentos que alimentam as redes informais e com modalidades de renegociação de direitos que se valem dessa vitalidade social” (Gago, 2018: 26). O neoliberalismo se constitui, assim, de maneira polimórfica em economias barrocas, marcadas pela informalidade em um duplo sentido, que não se restringe ao da ausência de legalidade: informalidade como fonte de invenção e promoção de novas formas produtivas, comerciais e relacionais; e como dinâmica que coloca em crise as formas de medição objetiva de valor, criando novas convenções de valoração e de reconhecimento em função do transbordamento dos elementos heterogêneos que intervêm na sua criação (Gago, 2018).

De maneira inseparável dessas economias barrocas e pragmáticas populares, o neoliberalismo se combina igualmente com práticas de magia, crenças heterodoxas e formas religiosas de autogoverno também constituídas de baixo para cima. A rearticulação com esses saberes-poderes mágicos e religiosos não deve ser compreendida como uma persistência do atraso em sociedades de modernidade tardia e incompleta, mas como respostas à própria maneira como o neoliberalismo moldou o capitalismo contemporâneo (Comaroff e Comaroff, 2000; Côttes, 2021).

Os antropólogos Jean e John Comaroff (2000: 292) descrevem como o próprio neoliberalismo favoreceu a disseminação de “occult economies”

(economias ocultistas ou esotéricas), já que a falta de clareza sobre os meios de se gerar valor e obter riqueza em um capitalismo especulativo, globalizado e com precarização do trabalho instava os sujeitos a combinarem “hiperracionalização com a efervescente disseminação de práticas ocultistas inovadoras e de magia para atrair dinheiro”. A fantasia de abundância sem esforço remeteu então a outras “mãos invisíveis” que regeriam o universo econômico e social. Esses saberes-poderes místico-religiosos, que já existiam previamente, foram reconfigurados pelo neoliberalismo primeiro de modo a oferecer respostas à opacidade do mercado e, depois de 2008, como “conspiritualidades” visando explicar a crise econômica e o fracasso individual e reforçar processos de *othering* contra aqueles que desafiam a ordem (Ward e Voas, 2011; Andrade; Casarões; Cesarino e Côrtes, inédito).

É interessante notar que essa hibridização do neoliberalismo com saberes-poderes místico-religiosos não se delimita apenas às classes populares, podendo igualmente ser encontrada na parte de cima da pirâmide social, estando presente entre investidores financeiros e gestores, tanto do Norte quanto do Sul global (Comaroff e Comaroff, 2000). Esse caso ilustra que, de modo geral, a hibridização do neoliberalismo com diferentes lógicas de condução da vida é comum tanto no neoliberalismo “de cima para baixo” quanto no “de baixo para cima”, operando de maneiras variadas nos países em desenvolvimento e nos desenvolvidos.

Por isso, o trio de geógrafos e urbanistas Jamie Peck, Nick Theodore e Neil Brenner (2012: 269) afirma que os processos de neoliberalização promovem de maneira sistêmica uma diferenciação geoinstitucional de lugares, territórios e escalas. A produção dessa variação seria uma característica da lógica operacional básica do neoliberalismo em todos os países, já que, como modo de regulação, o neoliberalismo não consegue sobreviver de maneira pura em lugar nenhum do mundo, constituindo-se necessariamente de maneira híbrida com outras formações políticas e sociais estranhas ao seu funcionamento.

O neoliberalismo, segundo Peck (2010), é marcado por sua natureza contraditória de governo de mercado assistido politicamente. Ele é crítico ao Estado e, ao mesmo tempo, tem por objetivo principal capturá-lo e transformá-lo. Como a visão utópica em relação a uma sociedade baseada no livre mercado autorregulado é inatingível, o neoliberalismo se constitui sempre como uma audaciosa experimentação seguida de fracasso, impondo o retorno de uma regulação envergonhada por parte do Estado. Desse modo, ainda que se cristalice em certas formações regulatórias, o neoliberalismo se articula apenas em modalidades incompletas, em híbridos impuros com as formas previamente existentes, que

são continuamente retrabalhadas de forma contextualmente específica (Peck; Theodore e Brenner, 2012a: 271).

Esse aspecto parasitário permite que o neoliberalismo, diante das crises, sempre volte a acusar o Estado e outras lógicas regulatórias pelas falhas de seu próprio projeto, o que lhe permite se propor novamente como solução e seguir errando. Por isso, para Peck (2010: 7), o que importa é o processo aberto e contraditório de reestruturação regulatória que marca a neoliberalização. Esse tipo de projeto intervencionista evidentemente não é teleológico, nem mesmo o modelo americano podendo ser tomado como ponto de referência para os demais processos, pois o neoliberalismo é polimórfico. Não é possível antecipar a forma que o Estado irá assumir, sendo necessário sempre fazer uma referência histórica e geográfica do processo.

O mesmo vale para outras escalas do neoliberalismo, como a escala da regulação dos mercados financeiros e comerciais globais ou a escala da agência dos governados que constituem formas de organização de baixo para cima, já que, além do hibridismo em cada nível, há uma causalidade de mão dupla entre elas: as regras internacionais, a mobilidade de capital e o comércio externo constituem uma espécie de “dominância ecológica” que opera como ponto de partida para a política nacional, mas inovações (por exemplo, de políticas públicas) realizadas no âmbito local e nacional podem se difundir pelos mercados e governos e afetar a escala global. Igualmente, formas de autogoverno que se hibridizam ou resistem ao neoliberalismo podem afetar a política nacional ou mesmo se integrar com outros movimentos constituídos mundo a fora, alterando dinâmicas estatais e globais (como ocorreu, por exemplo, nos “Movimentos das Praças”, de 2011 a 2016 – Gerbaudo, 2017).

O neoliberalismo pode apresentar transformações em cada um desses múltiplos níveis e igualmente na relação que eles estabelecem entre si, sendo um processo eminentemente dinâmico. Por isso, o único modo de compreender o fenômeno é seguir os seus movimentos, que ora promovem o desmonte de instituições estranhas à sua lógica (*roll back*), ora promovem a expansão de novas formas regulatórias orientadas para o mercado (*roll out*), rearranjando as combinações com outras racionalidades políticas heterogêneas.

Não se trata, no neoliberalismo, de transformações totalizadoras que envolveriam todos os aspectos da estrutura regulatória, mas de um entre vários outros processos de reestruturação que competem e se combinam entre si. Os processos de neoliberalização se desenvolvem em ondas descontínuas de transformação regulatória, que se chocam contra e se combinam com arranjos sociais e institucionais previamente existentes. Nas palavras de Peck, Theodore e

Brenner (2012a: 269), a “neoliberalização representa uma tendência padronizada, historicamente situada, irregularmente desenvolvida e híbrida de reestruturação regulatória de disciplina de mercado”.

Com base na teoria do hibridismo governamental, abre-se toda uma agenda de pesquisa coletiva para analisar como as ondas de neoliberalização se compuseram de maneiras dinâmicas e variadas com outras racionalidades políticas. Importa, assim, definir essas outras lógicas estratégicas heterogêneas ao neoliberalismo, suas práticas de governo, seus diferentes objetos, suas regras gerais e seus objetivos de conjunto e também como se constituíram pontes, junções e conexões múltiplas e diversas com o neoliberalismo. Ou ainda, como operaram como formas de resistência e de transgressões, permitindo transformações locais ou globais. É para essa agenda coletiva de pesquisa que esse dossiê pretende contribuir.

Referências

- ANDRADE, Daniel Pereira. Emotional economic man: power and emotion in the corporate world. *Critical Sociology*. [S. l.], v. 44, n. 4-5, 2015, pp. 785-805.
- . O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. *Sociedade & Estado*. Brasília, v. 34, n. 1, 2019a, pp. 211-239.
- . Neoliberalismo: crise econômica, crise de representatividade democrática e reforço de governamentalidade. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, v. 38, n. 1, 2019b, pp. 109-135.
- ANDRADE, Daniel Pereira; CASARÕES, Guilherme; CESARINO, Letícia e CÔRTEZ, Mariana. *Occult enemies of market order*. Inédito.
- ANDRADE, Daniel Pereira; CÔRTEZ, Mariana e ALMEIDA, Sílvio. Neoliberalismo autoritário no Brasil. *Caderno CRH*. Salvador, v. 34, 2021, pp. 1-26.
- ANDRADE, Daniel Pereira e OTA, Nilton. Uma alternativa ao neoliberalismo. Entrevista com Pierre Dardot e Christian Laval. *Tempo Social*. São Paulo, v. 27, n. 1, 2015, pp. 275-316.
- BOAS, Taylor e GANS-MORSE, Jordan. Neoliberalism: From New Liberal Philosophy to Anti-Liberal Slogan. *Studies in Comparative International Development*. Nova Iorque, v. 44, n. 2, 2009, pp. 137-61.
- BRENNER, Neil, PECK, Jamie e THEODORE, Nik. Variegated neoliberalization: geographies, modalities, pathways. *Global Networks*. [On-line], v. 10, n. 2, 2010, pp.1-41.
- BROWN, Wendy. *Les Habits neufs de la politique mondiale. Néolibéralisme et néo-conservatisme*. Paris, Les Prairies Ordinaires, 2003.
- . *Undoing the demos: Neoliberalism's stealth revolution*. New York, Zone Books, 2015.

- CLARKE, John. Living with/in and without neoliberalism. *Focaal*. [On-line], v. 51, n. 1, 2008, pp. 135-147.
- COLLIER, Stephen. Neoliberalism as big Leviathan, or...? A response to Wacquant and Hilgers. *Social Anthropology*. [On-line], v. 20, n. 2, 2012, pp. 186-195.
- COMAROFF, Jean e COMAROFF, John. Millennial Capitalism: First Thoughts on a Second Coming. *Public Culture*. Nova Iorque, v. 12, n. 2, 2000, pp. 291-343.
- CÔRTEZ, Mariana. A revolta dos bastardos: do Pentecostalismo ao Bolsonaroismo. *Caderno CRH*. Salvador, v. 34, 2021, p. 1-24.
- DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. *La nouvelle raison du monde. Essai sur la société néolibérale*. Paris, La Découverte, 2009.
- . Introduction to the English Edition. In: *The New Way of the World: On Neoliberal Society*. Londres/Nova York, Verso, 2014.
- DAVIES, William. *The limits of neoliberalism. Authority, sovereignty and the logic of competition*. Los Angeles; London; New Delhi, Sage, 2014.
- FOUCAULT, Michel. *Naissance de la biopolitique*. Paris, Seuil; Gallimard, 2004.
- . *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro, Graal, 1988.
- . O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert e RABINOW, Paul. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica)*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1995, pp. 231-249.
- . *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1999.
- FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo, Global, 2006.
- FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2009.
- GAGO, Verónica. *A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular*. São Paulo, Elefante, 2018.
- GERBAUDO, Paolo. *The Mask and the Flag*. Oxford, Oxford University Press, 2017.
- GIBSON-GRAHAM, J. K. Diverse economies: performative practices for “other worlds”. *Progress in Human Geography*. Newbury Park, v. 32, n. 5, 2008, pp. 613-632.
- GOLDSTEIN, Daniel. Decolonialising “actually existing neoliberalism”. *Social Anthropology*. [On-line], v. 20, n. 3, 2012, pp. 304-309.
- HILGERS, Mathieu. The historicity of the neoliberal state. *Social Anthropology*. [On-line], v. 20, n. 1, 2012, pp. 80-94.
- KLEIN, Caroline. A Influência do Ordoliberalismo e da Economia Social de Mercado no Brasil. Uma perspectiva através dos acordos de cooperação entre Brasil e Alemanha e das Fundações Konrad Adenauer e Friedrich von Naumann. Tese de Doutorado, História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2020.

- LYNCH, Christian. “Nada de NOVO sob o sol”: teoria e prática do neoliberalismo brasileiro. *Insight Inteligência*. Rio de Janeiro, v. 91, 2021. Disponível em <<https://inteligencia.insightnet.com.br/nada-de-novo-sob-o-sol-teoria-e-pratica-do-neoliberalismo-brasileiro/>>. Acesso em: 30 dez. 2022.
- MUDGE, Stephanie. What is neo-liberalism? *Socio-economic Review*. [On-line], v. 6, n. 1, 2008, p. 703-731.
- OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo, Boitempo, 2003.
- ONG, Aihwa. *Neoliberalism as exception. Mutations in citizenship and sovereignty*. London, Duke University Press, 2006
- . Neoliberalism as a mobile technology. *Transactions of the Institute of British Geographers*. Reino Unido, v. 32, 2007, pp. 3-8.
- PECK, Jamie. *Constructions of Neoliberal Reason*. Oxford, Oxford University Press, 2010.
- PECK, Jamie; THEODORE, Nik e BRENNER, Neil. Neoliberalism Resurgent? Market Rule after the Great Recession. *The South Atlantic Quarterly*. Durham, v. 111, n. 2, 2012a, pp. 265-88.
- . Mal-estar no pós-neoliberalismo. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, n. 92, 2012b, pp. 59-78.
- RAMÍREZ, Hernán. Confluências e matizes nos programas econômicos das ditaduras brasileira e chilena. *Confluente. Rivista Di Studi Iberoamericani*. Bolonha, v. 4, n. 2, 2012, pp. 63-81.
- . La influencia alemana en el pensamiento y las políticas económicas brasileñas: desdemediados de los cincuenta a los setenta. Ponencia presentada en ADLAF: Grupo de Trabajo Relaciones Internacionales. Simposio online: Latinoamérica en el nuevo contexto internacional, 11 y 12 diciembre de 2020.
- ROCHA, Camila. *Menos Marx, mais Mises. O liberalismo e a nova direita no Brasil*. São Paulo, Todavia, 2021.
- SAAD FILHO, Alfredo e MORAIS, Lécio. *Brasil: neoliberalismo versus democracia*. São Paulo, Boitempo, 2018.
- SAAD FILHO, Alfredo, COLOMBI, Ana Paula e GRIGERA, Juan. *Neoliberalism or Developmentalism. The PT Governments in the Eye of the Storm*. Leiden/Boston, Brill, 2021.
- SADER, Emir (org.). *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo, Boitempo/Rio de Janeiro, FLACSO, 2013.
- SLOBODIAN, Quinn. *Globalists. The end of empire and the birth of neoliberalism*. Cambridge/London, Harvard University Press, 2018.

VENUGOPAL, Rajesh. Neoliberalism as Concept. *Economy and Society*. [On-line], v. 44, n. 2, 2015, pp. 165-87.

WACQUANT, Loïc. Três etapas para uma antropologia histórica do neoliberalismo realmente existente. *Caderno CRH*. Salvador, v. 25, n. 66, 2012, pp. 505-518.

WARD, Charlotte e VOAS, David. The Emergence of Conspiritoriality. *Journal of Contemporary Religion*. Salvador, v. 26, n. 1, 2011, pp. 103-121.

Recebido em: 12/10/2022

Aprovado em: 19/10/2022

Como citar este artigo:

ANDRADE, Daniel Pereira; CÔRTEZ, Mariana Magalhães Pinto. Brasil, neoliberalismo híbrido. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 12, n. 3, set. – dez. 2022, pp. 655-674.